



## VOTO GCS-2

**PROCESSO: TCE/RJ Nº 237.947-2/18**

**ORIGEM: CIA LIMPEZA URBANA DE NITERÓI - CLIN**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO.  
ELEMENTOS SUFICIENTES PARA ANÁLISE DE  
MÉRITO. REGULARIDADE DAS CONTAS COM  
RESSALVAS E DETERMINAÇÕES. QUITAÇÃO.  
ARQUIVAMENTO.**

Trata o presente sobre Prestação de Contas Anual de Gestão da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói, referente ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Sr. Luiz Carlos Froes Garcia.

Em última apreciação do feito, datada de 19/07/2021, decidi monocraticamente nos seguintes termos:

I – Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói, nos termos do artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, devendo o chamamento ser materializado nos termos do artigo 26-A ou 26-C do mesmo regimento, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste os seguintes esclarecimentos, acompanhado de documentação comprobatória:

1 - Quanto à divergência verificada entre o saldo do Demonstrativo da Movimentação dos Restos a Pagar às fls. 246/252 (PDF 1865120) e o evidenciado no Demonstrativos da Dívida Flutuante às fls. 46, conforme a seguir:

Demonstrativo Dívida Flutuante	R\$6.082.518,37
Demonstrativo da Movimentação de RP	R\$807,05
<b>Divergência</b>	<b>R\$ 6.081.711,32</b>

2 - Com relação ao Demonstrativo da Dívida Flutuante, faz-se os seguintes questionamentos:

2.1 - O demonstrativo evidenciou que as receitas extraorçamentárias decorrentes de consignações, fianças e cauções não foram repassadas com regularidade a quem de direito, contrariando o caráter transitório dessas contas, a exemplo:

- Serviço da Dívida a Pagar, com saldo de R\$6.082.518,37

- Depósitos, com saldo de R\$9.340.064,91

2.2 - A conta "Depósitos", apresentou um saldo anterior correspondente a R\$10.967.577,57, não havendo baixa em 2017 e mesmo assim o saldo final sofreu um decréscimo de R\$1.627.512,66, passando a R\$9.340.064,91.

3 - Quanto à natureza e composição do saldo da conta "Ajustes de Exercícios Anteriores", evidenciado no Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido às fls. 191, no valor de R\$ 12.593.102,83;

4 - Quanto à divergência verificada entre o Resultado Financeiro, evidenciado no Quadro de "Fonte de Recursos" (fls. 278 - PDF 1865128), e o apurado pela diferença entre Ativo e Passivo Financeiro no quadro às fls. 276 - (PDF 1865128), conforme demonstrado a seguir:

- AF - PF = R\$ 13.366.048,04 - 7.474.926,27 = - R\$ 5.891.121,77

- Quadro de Fontes de Recursos = - R\$ 7.969.143,95

- Divergência = - R\$ 2.078.022,18

II - Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Luiz Carlos Froes Garcia, Gestor da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói no exercício de 2017, nos termos do artigo 26, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, devendo ser materializada nos termos do artigo 26-A ou 26-C do mesmo regimento, cientificando-o desta decisão, e alertando-o de que a ausência de documentos e esclarecimentos imprescindíveis à análise do processo pode comprometer o julgamento das presentes contas."

Ato contínuo, foi expedido o ofício PRS/SSE/CGC nº 21989/2021, dirigido ao atual Gestor da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói.

Em atenção ao citado ofício, o Sr. Luiz Carlos Fróes Garcia, atual Gestor da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói, responsável pelas presentes contas, protocolou elementos que originaram o Documento TCE/RJ nº 035.994-4/21.

Procedido ao reexame da prestação de contas, o Corpo Instrutivo, representado pela Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão - CAC-GESTÃO, concluiu seu relatório da seguinte forma:

"I - Sejam **JULGADAS REGULARES** com as **RESSALVAS** e as **DETERMINAÇÕES** elencadas abaixo, a Prestação de Contas Anual de Gestão da Companhia de Limpeza Urbana da Prefeitura de Niterói/RJ, CLIN, sob a responsabilidade do Senhor Luiz Carlos Fróes Garcia, Diretor-Presidente, relativas ao exercício de 2017, nos termos do inciso II, artigo 20 c/c o artigo 22, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, dando-lhe quitação.

#### **RESSALVAS**

1 - Quanto ao fato do Relatório do Controle Interno não apontar integralmente as



falhas indicadas na presente instrução;

2 – Quanto a intempestividade do registro da movimentação extraorçamentária da conta de Depósitos de Diversas Origens no *Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64*.

3 – Quanto a incorreta elaboração do Quadro de Superavit/Déficit Financeiro integrante da nova versão do Balanço Patrimonial de encerramento do exercício de 2017, que evidenciou um resultado financeiro que não guardou paridade com o valor apurado com base nos saldos registrados nos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial.

#### DETERMINAÇÕES

1 – Aprimorar a elaboração do Relatório do Controle Interno, de forma que este indique todas as divergências verificadas na prestação de contas, independentemente destas serem decorrentes de irregularidades contábeis ou de inconsistências na parametrização do software de contabilidade, de forma a atender às disposições dos art. 70 a 75 da Constituição Federal e arts. 76 a 78 da Lei nº 4.320/64;

2 – Atentar para que os registros da movimentação extraorçamentária da conta de Depósitos de Diversas Origens no *Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64*, atendendo ao disposto nos artigos 92 e 93 da citada lei federal;

3 – Atentar para a correta elaboração do Quadro de Superavit/Déficit Financeiro integrante do Balanço Patrimonial, evidenciando corretamente o resultado financeiro e em conformidade com os valores registrados nos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial, conforme estabelecido no MCASP e na forma indicada no PCASP.

II – Posterior **ARQUIVAMENTO** dos autos.”

O Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, não se opôs a sugestão da Instância Técnica.

#### **É o Relatório.**

Conforme transcrito em meu relatório, o presente foi objeto de decisão preliminar efetivada por meio do ofício PRS/SSE/CGC 21989/2021, dirigida ao Gestor da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói.

Com o fito de atender a demanda deste Tribunal, o Sr. Luiz Carlos Fróes Garcia, protocolou elementos que originaram o Documento TCE/RJ nº 035.994-4/21.

A análise levada a efeito pelo zeloso corpo instrutivo nos autos, à luz do conteúdo

do aludido Documento, apontou que a presente prestação de contas se encontra constituída com os elementos necessários à análise de mérito.

O percuente exame procedido pelo judicioso corpo instrutivo demonstrou, também, que as contas em epígrafe não apresentam ocorrência que as macule, sendo as impropriedades identificadas, relacionadas a seguir, motivos de ressalvas em instrução datada de 05/07/2022:

- Quanto ao fato do Relatório do Controle Interno não apontar integralmente as falhas indicadas na presente instrução;
- Quanto a intempestividade do registro da movimentação extraorçamentária da conta de Depósitos de Diversas Origens no *Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64*.
- Quanto a incorreta elaboração do Quadro de Superavit/Déficit Financeiro integrante da nova versão do Balanço Patrimonial de encerramento do exercício de 2017, que evidencou um resultado financeiro que não guardou paridade com o valor apurado com base nos saldos registrados nos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial.

A Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO concluiu seu relatório pela regularidade das contas com ressalvas e determinações; quitação ao responsável; e arquivamento do processo, com o que concordo integralmente, especialmente pelo fato de que as referidas ressalvas não se revestem de natureza grave a ponto de ensejar o julgamento pela irregularidade das contas.

Considero, portanto, como acertadas as proposições formuladas pela Unidade Técnica, que são acompanhadas pelo *Parquet* de Contas, motivo pelo qual acolho seus fundamentos como razões de decidir.

Pelo exposto e examinado, posiciono-me **DE ACORDO** com a sugestão do Corpo Instrutivo e com o parecer do Ministério Público de Contas e

**VOTO:**

I – Pela **REGULARIDADE** das Contas Anuais de Gestão da Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura de Niterói - CLIN, referentes ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Luiz Carlos Fróes Garcia, Diretor-Presidente, com as



ressalvas e determinações a seguir transcritas, nos termos do art. 20, II, c/c o art. 22, ambos da Lei Complementar Estadual nº 63/90, dando **QUITAÇÃO** ao responsável:

**RESSALVA Nº 1:**

- Quanto ao fato do Relatório do Controle Interno não apontar integralmente as falhas indicadas na presente instrução;

**DETERMINAÇÃO 1:**

- Aprimorar a elaboração do Relatório do Controle Interno, de forma que indique todas as divergências verificadas na prestação de contas, independentemente destas serem decorrentes de irregularidades contábeis ou de inconsistências na parametrização do software de contabilidade, de forma a atender às disposições dos art.70 a 75 da Constituição Federal e arts.76 a 78 da Lei nº 4.320/64;

**RESSALVA Nº 2:**

- Quanto à intempestividade do registro da movimentação extraorçamentária da conta de Depósitos de Diversas Origens no Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo17 da Lei Federal nº 4.320/64.

**DETERMINAÇÃO 2:**

- Atentar para os registros da movimentação extraorçamentária da conta de Depósitos de Diversas Origens no Demonstrativo da Dívida Flutuante – anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, atendendo ao disposto nos artigos 92 e 93 da citada Lei Federal;

**RESSALVA Nº 3:**

- Quanto à incorreta elaboração do Quadro de Superavit/Déficit Financeiro integrante da nova versão do Balanço Patrimonial de encerramento do exercício de 2017, que evidenciou um resultado financeiro que não guardou paridade com o valor apurado com base nos saldos registrados nos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial.





**DETERMINAÇÃO Nº 3:**

- Atentar para a correta elaboração do Quadro de Superavit/Déficit Financeiro integrante do Balanço Patrimonial, evidenciando corretamente o resultado financeiro e em conformidade com os valores registrados nos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial, conforme estabelecido no MCASP e na forma indicada no PCASP.

**II - Pelo ARQUIVAMENTO** do presente processo.

GCS-2,

**ANDREA SIQUEIRA MARTINS**  
**CONSELHEIRA SUBSTITUTA**

